



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 27 de novembro de 2025

(quinta-feira)

Às 14 horas

177ª Sessão Especial

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento 776, de 2025, de autoria da nossa querida Senadora Augusta Brito e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A presente sessão é destinada a celebrar os 20 anos do Instituto DataSenado e da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

Eu convido agora para compor à mesa desta sessão especial os seguintes convidados: Sra. Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres (*Palmas.*); Sra. Elga Lopes, Diretora no período da implementação do Instituto de Pesquisa DataSenado (*Palmas.*); Sr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado (*Palmas.*); Sra. Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência. (*Palmas.*)

A Presidência informa que esta sessão terá também a participação das seguintes convidadas: Sra. Beatriz Accioly Lins, Líder de Políticas Públicas do Instituto Natura, instituição parceira no Acordo de Cooperação Técnica do Mapa Nacional da Violência de Gênero (*Palmas.*); e a Sra. Ana Maria Nogales, Professora do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Eu convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discursar - Presidente.) - Bom dia... Foi um dia tão intenso hoje, perdão a todas e a todos.

Boa tarde a todas e a todos.

Primeiramente, eu queria falar aos nossos convidados e a todos que estão presentes nesta sessão especial que esse discurso seria feito pela Senadora Augusta Brito, que é a nossa Procuradora da Mulher, então, eu a estou substituindo com muita honra e muita alegria por estar nesta data e neste dia tão especial, que é a sessão que celebra os 20 anos do nosso instituto DataSenado e da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

Então, o ano de 2004 marcou a criação do DataSenado, um órgão responsável pelo ambicioso trabalho de buscar compreender melhor a opinião das cidadãs e dos cidadãos, além de avaliar o impacto de leis e políticas públicas.

O DataSenado promove pesquisas, enquetes e análises nos mais variados formatos a respeito dos temas que estão em discussão no Congresso Nacional. Em 21 anos, 4,7 milhões de brasileiras e brasileiros já foram ouvidos em 132 pesquisas de opinião com amostragem científica de abrangência nacional em consultas internas sobre os mais diversos assuntos e em 232 enquetes *online*.

Em suma, senhoras e senhores, o DataSenado conecta a Casa à sociedade e cria uma ponte entre os Parlamentares e as famílias brasileiras. Prova da importância desse trabalho é a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, cuja 11ª edição estamos lançando hoje.

Essa pesquisa surgiu em 2005, no contexto dos debates sobre propostas que viriam a se tornar a Lei Maria da Penha, um marco histórico no combate à violência doméstica no Brasil. Naquele momento, travávamos uma luta ainda mais árdua do que a atual, visto que não contávamos sequer com um marco legal que nos amparasse.

Os dados recolhidos pela Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher tiveram um papel fundamental na compreensão da real extensão do problema no nosso país. Diante das informações recolhidas, não havia mais como negar: mulheres de todos os municípios, de todas as classes sociais e rendas, estavam, em muitas vezes - e ainda estão -, sendo submetidas a agressões inaceitáveis e a violências cruéis, silenciosas ou ruidosas. Restava evidente: não eram casos isolados, era um problema crônico; era e é uma misoginia estrutural, com consequências nefastas para toda a sociedade.

Senhoras e senhores, o Instituto de Pesquisa DataSenado e o Observatório da Mulher contra a Violência, ambos vinculados à Secretaria de Transparência, vêm, há 20, anos realizando pesquisas bianuais. Eles mantêm, assim, um dos instrumentos mais consistentes de acompanhamento da realidade das nossas mulheres, das mulheres brasileiras.

A capacidade técnica e o dever ético dos órgãos garantem a ampla utilização dos dados colhidos por gestores públicos e, também, por pesquisadores independentes e pela mídia. Credibilidade e compromisso definem o trabalho das servidoras e dos servidores que tocam adiante esse indispensável trabalho.

E é a elas e a eles que eu, primeiramente, quero agradecer na data de hoje. A todos eles, por favor, uma salva de palmas. *(Palmas.)*

A Procuradoria da Mulher, no Senado Federal, tem enfrentado diversos desafios, mas tem trabalhado, contudo, lado a lado com funcionárias e funcionários da mais alta competência comprometidos com o serviço público. A Secretaria de Transparência do Senado Federal é assistida, também, com admiração não só pela Procuradoria, mas por todas as Senadoras e Senadores desta Casa, com o empenho daqueles que compreendem a relevância de seu ofício e o exercem com diligência e, acima de tudo, com muito entusiasmo.

Por favor, uma salva de palmas também para a nossa Secretaria... *(Palmas.)*

... e a todas as servidoras e servidores.

Sendo assim, desde já, nas pessoas da nossa Procuradora, Senadora Augusta Brito, e de toda a Bancada Feminina do Senado Federal, obrigada a todos vocês que participaram da 11ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. Toda a sociedade brasileira deve se orgulhar do trabalho que vocês realizam.

Senhoras e senhores presentes, esta sessão especial marca os 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. O período é composto pelo intervalo entre o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 20 de novembro, e o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro. Temos, nessas datas, uma oportunidade importante de chamar a atenção para as diversas formas de violência de gênero, além de cobrar ações do poder público e da sociedade civil.

Não há efetiva mudança social sem mobilização e sem conscientização, e é isso que estamos fazendo aqui hoje. Os dados têm uma função relevante nessa caminhada: são eles que comprovam a dimensão de um problema, que orientam as políticas de prevenção e de combate, que oferecem fundamentação técnica e jurídica de qualidade para a defesa pela implementação dos direitos de todas nós mulheres.

Pesquisas como essa promovida pelo DataSenado e pelo Observatório da Mulher contra a Violência oferecem uma oportunidade para a efetiva participação popular na formulação e na avaliação de políticas públicas. Somos mandatárias e mandatários do povo, o verdadeiro titular do poder que ora exercemos. É ao povo que devemos satisfação e é ele que devemos escutar no exercício do nosso mandato.

As pesquisas, enfim, balizam nossas decisões e asseguram a transparência ao Legislativo brasileiro. Democracia e participação popular, senhoras e senhores, são conceitos intimamente interligados. A democracia só existe plenamente quando há participação popular ativa, e é isso que vislumbramos nesta sessão tão especial de hoje.

Parabéns, portanto, a todas e a todos os envolvidos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Bom, eu vou solicitar aqui à Secretaria-Geral da Mesa a exibição do discurso do nosso querido Presidente - sempre será Presidente - José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Para discursar. *Por vídeo.*) - Eu acho que o Instituto DataSenado tem prestado um serviço muito grande. Ele é um acervo que está sempre à disposição dos Parlamentares, para sentirem o que a opinião pública pensa do Parlamento, da atividade dos Parlamentares, dos temas que ali são discutidos e das sugestões que eles devem dar, para que o Parlamento possa atender às curiosidades do povo. Eu digo curiosidade para não dizer o que devem ser as aspirações que eles têm.

Então, quando fui Presidente do Senado, encontrei o Senado, na primeira vez, ainda um Parlamento do discurso, um tipo de Parlamento que ocupou toda a vida do século XIX, com a revelação de brilhantes oradores. Realmente, no século passado, isso já não era mais uma norma de decisão dentro das Casas Legislativas.

Fizemos muitas reformas. Inclusive, atualizamos-lo e fundamos a TV Senado, o *Jornal do Senado*, a Intranet, enfim, a Rádio Senado. E, entre essas medidas que tomamos, esses instrumentos modernos que colocamos dentro do Senado, eu acho que um dos mais importantes foi, realmente, o DataSenado.

Eu acho que o DataSenado, durante 20 anos, tem um acervo de ter ouvido 5 milhões de brasileiros, o que realmente é uma coisa extraordinária. O DataSenado fez pesquisas sobre violência contra a mulher, violência contra a juventude negra, fez pesquisa sobre os idosos, com o Estatuto dos Idosos, enfim, uma gama de assuntos e de interesses aos quais a opinião pública devia ter - e os Senadores, sobretudo - acesso. Isso nunca foi feito nem é feito pelos institutos de opinião pública de particulares.

Então, nós passamos a ter isso. Hoje, nós temos um banco de dados sobre isso extraordinário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Faltou um pedacinho ainda para finalizar, mas, enfim, a mensagem foi passada.

Quero parabenizar, porque o DataSenado - o embrião do DataSenado - começou na gestão do nosso ex-Senador e ex-Presidente José Sarney e se concretizou na gestão do Renan, do Renan Calheiros, nosso Senador ainda, que está presente conosco aqui no Senado Federal.

Já agradecendo também a participação dele e de toda a equipe dele, que estiveram conosco, quero passar aqui a nominata de autoridades presentes, já cumprimentando-os por estarem aqui conosco nesta sessão:

- a Sra. Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos, a Embaixadora Márcia Loureiro;
- a Sra. Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do Ministério das Mulheres, a Lorena Batista de Lucena;
- o Sr. Coordenador-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, Leandro Arbogast da Cunha;
- a Sra. Secretária Executiva do Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio da Secretaria da Mulher do Distrito Federal, a Sra. Letícia Cardoso de Araújo.

Sejam todos muito bem-vindos.

Neste momento, eu vou conceder a palavra à Sra. Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres.

A SRA. ESTELA BEZERRA (Para discursar.) - Boa tarde.

Quero primeiro saudar e parabenizar a Senadora Leila Barros por estar conduzindo esta sessão, que é comemorativa. Quero saudar todas as pessoas aqui presentes, saudar a mesa. Uma saudação especial à Maria Teresa, que tenho conhecido nesse pouco tempo que estou à frente da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres.

Quero dizer que hoje é um dia muito especial, porque, além dos 20 anos do DataSenado, a gente também tem a celebração dos 20 anos do 180. Eu acho que alguns mecanismos fizeram com que a gente compreendesse a dimensão da violência contra as mulheres, e a gente ainda não a trata com a devida seriedade, tanto é que nós tivemos registrada e oficialmente reconhecida a execução de 1.492 mulheres no ano passado. Essas mulheres foram executadas, em 80% das vezes, por um homem que era do seu ciclo de afeto e de relação, e isso não é pouca coisa. Essas mulheres estão, na sua maioria, entre 25 anos e 44 anos, então nós estamos na nossa melhor fase da vida produtiva, criativa, quando somos tiradas da melhor experiência que temos, que é estar viva.

E essas mulheres também têm filhos, e esses filhos ficam órfãos, e ser órfão do feminicídio é um impacto muito maior do que ser órfão por qualquer tipo de abandono. Na maioria das vezes - e essa pesquisa agora traz o dado, Teresa -, em 71% das vezes, essa agressão tem presença, tem acompanhamento, ela é acompanhada por alguém. A violência contra a mulher não é uma coisa... Eu às vezes brincava, Senadora, e dizia assim: "Eu não entendo essa campanha do X" - como se a violência contra a mulher fosse uma coisa escondida. A violência contra a mulher é explícita: 71% das vezes ela é presenciada por alguém, e 70% das vezes é pelos filhos menores, que vivem, assim como a mulher, em situação do que a gente poderia chamar de tortura. Porque a violência contra a mulher não é um evento, ela é uma situação sistemática.

A pesquisa traz também que a maioria das mulheres são agredidas - elas reconhecem a agressão - aos 19 anos de idade. E, quando reconhecem o que é realmente a violência, compreendem que ela começou muito antes. De cada quatro mulheres vítimas de violência sexual, três são meninas e adolescentes.

Então, a magnitude desses números nos traz o grande desafio que temos. E não é um desafio de decreto, de lei; não é um desafio de ministério, de secretarias: é um desafio da sociedade.

A violência contra a mulher não pode ser tratada como um simples instrumento ou evento; nem achar que um fenômeno, uma lei, a partir de um determinado momento, vai erradicá-la. Ela precisa de um esforço de todas e de todos. E eu acho que um esforço principal - e é esse que a gente está celebrando aqui - é de romper com o silêncio.

O 180 rompe com o silêncio daquela mulher que não consegue ter, no seu ciclo de afeto, de vizinhança, de família, a possibilidade de relatar o que está sofrendo. Porque não é só reconhecer, é poder falar. Sair do silêncio é elaborar. A gente sabe o quanto elaborar é importante para a nossa vida. E o 180 faz isso.

E o DataMulher, o que é que ele faz? Ele faz com que as instituições que produzem política pública, legislação, pacto social, valores sociais - esta é uma Casa de construção de valores e de pactos sociais - compreendam com profundidade o que significa isso. Qual é o impacto da violência contra as mulheres? Quais são as camadas de violência contra as mulheres? Em 20 anos, tem conseguido produzir não só a magnitude, mas demonstrar qualitativamente como ela se manifesta. Então, esta nossa participação aqui é de agradecimento, é de reconhecimento e é também de darmos as mãos para dizer que essa é uma situação que a gente tem que enfrentar.

Eu já estive no movimento organizado de mulheres, já estive como Secretária da Mulher, já estive como Secretária de Planejamento, já tive a oportunidade de estar no Parlamento, agora estou no Ministério das Mulheres e, aonde eu vou, o ativismo que me coloca contra essa chaga social me segue. E eu acho que é esse o sentimento que tem que nos mover aqui. Tudo passa, é transitório, os lugares que a gente ocupa são transitórios, mas o compromisso de não ser conivente com a violência contra as mulheres... A gente tem que entender que os dados revelam a convivência social e o silenciamento social quando a gente fala de violência contra as mulheres, e é contra as meninas, começa muito cedo, começa cerceando o sonho, o sonho de ser médica, o sonho de ser piloto de avião, o sonho de ter liberdade e de ter autonomia.

Então eu acho que, mais do que reconhecer o trabalho que é feito por quem sistematiza dados, ouve as mulheres, tem sensibilidade de tratar, de produzir indicadores científicos para a gente poder tomar decisões, investir recursos - sem recursos não tem possibilidade de transformar a sociedade -, é um momento não só de reconhecer, não só de elogiar, mas também de dizer da fundamental importância.

Inclusive aqui quero parabenizar o Senador, ex-Senador, ex-Presidente da Casa José Sarney, que estava na origem da criação desse grande instrumento, e dizer para quem dirige esta Casa: merece investimentos, investimentos concretos. Se as mulheres, que são mais de 51% da sociedade, cruzarem as mãos, cruzarem os braços, se nós fizéssemos aqui no Brasil o que fizeram as mulheres da Islândia, aí a gente ia ver o impacto econômico, necessário, e a gente ia reconhecer a centralidade das mulheres.

Quero, por fim, terminar a minha fala fazendo uma saudação às mulheres negras neste país, que são 28% da população, é o maior segmento populacional que nós temos aqui, é também a centralidade do cuidado e do trabalho, o trabalho neste país. Quando eu falo de parar o país, se as mulheres negras parassem de trabalhar três dias, este Brasil ia sentir o valor das mulheres negras. Isso é muito, muito contundente, isso é numérico. E quero saudá-las porque nunca vi uma manifestação tão linda e tão forte ocupar a Esplanada dos Ministérios durante todos os meus anos de vida. *(Palmas.)*

Parabéns a vocês, parabéns a nós mulheres, parabéns ao Senado por ocupar a Casa com esta celebração. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Obrigada, Sra. Estela Bezerra, cumprimentando também a Ministra Márcia Lopes, mande o nosso afetuoso abraço a ela.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Nós que agradecemos.

Eu vou conceder a palavra agora à Sra. Elga Maria Teixeira Lopes, que era a Diretora no período da implementação do Instituto de Pesquisa DataSenado. Seja bem-vinda, Elga.

A SRA. ELGA TEIXEIRA LOPES (Para discursar.) - Boa tarde. Boa tarde, Senadora Leila, nossa Presidente. Muito obrigada pelo sempre primoroso apoio que a senhora dá para o DataSenado. Na pessoa da Senadora, agradeço a presença de todos; Secretária Estela Bezerra, muito obrigada pela presença.

Não é DataMulher, é DataSenado, mas eu achei bom porque, sem querer, você se apropriou do DataSenado e, assim, ele é DataMulher, DataSaúde, DataEducação, porque esse é o nosso papel.

Eu sou Elga Lopes, sou jornalista e advogada de formação, servidora pública há 25 anos aqui no Senado e analista de pesquisa de opinião por paixão e por vocação. O que a gente está celebrando hoje aqui não é só o aniversário do DataSenado, é a forma como o Senado Federal, como instituição, se propõe e se propôs, há 25 anos, a ouvir a população sobre assuntos de interesse do Brasil. Isso é muito importante, porque, no momento, na nossa política, a mentira virou verdade, a manipulação virou argumento, o apunhalar pelas costas está vencendo. É tão importante um momento como este, porque o DataSenado é, sobretudo, verdade.

Eu vinha da França, de um mestrado, em 2003, e tive a honra de assessorar o Presidente Sarney, a quem eu já conhecia, e um grupo de servidores me procurou, chefiado por Ana Lucia Novelli, que é a idealizadora do projeto, com a ideia de se criar um instituto de pesquisa, ou seja, era a ousadia, dentro de uma Casa secular, de se criar uma coisa de importância para o país. A gente fala tanto de ousadia com corrupção, de avançar na coisa pública, a gente queria ocupar isso para servir ao país. E eu apresentei a ideia para o Presidente Sarney, que foi um entusiasta.

Então, naquele momento, a gente começou a fazer o DataSenado. A nossa primeira pesquisa foi sobre violência doméstica, e aquela pesquisa, na época, foi para municiar o grupo de Senadores, que criaria a Lei Maria da Penha. Então, vocês vejam: eles receberam a primeira pesquisa e, de lá para cá, nós nunca deixamos de realizá-la. Então, a gente tem a mais longa e confiável série histórica sobre violência doméstica contra as mulheres do país. E a forma de entrevistar, as perguntas, a ponderação, tudo é feito dentro das boas práticas, dentro das normas de pesquisa e jamais sofremos nenhum tipo de ingerência política. Isso é muito importante de ser dito, porque a gente tem a agradecer a todos os Presidentes do Senado, onde o DataSenado está, que é na Presidência, por esse respeito ao nosso trabalho.

Já em 2005, quando o Presidente Renan assumiu, eu, novamente, pedi ao Presidente Renan que regulamentasse. Ele abraçou, ele é um entusiasta de pesquisa até hoje, e o DataSenado foi institucionalizado. Hoje, ele faz parte do Regimento do Senado e é uma ferramenta importantíssima para todos os Senadores, para o estudo dos resultados da implementação e resultados de política pública. É muito importante esse conceito, porque eu acho que a gente absorveu esse conceito no setor, no Instituto, e a gente levou durante todos esses anos.

De lá para cá, como eu falei, todos os Presidentes jamais modificaram essa forma de atuação. Pesquisa de opinião tem todo um procedimento metodológico, científico, você tem normas para entrevistar, eu não posso entrevistar as pessoas de forma parcial: "Você concorda que isso é bom?". Então, eu já estou dizendo que é bom. Eu tenho uma forma de entrevistar que já é, vamos dizer, patenteada pela técnica mundial.

E todo o nosso material é publicado no *site*, ou seja, para qualquer pesquisador brasileiro, qualquer funcionário público que trabalhe com políticas públicas o material é disponibilizado. São um bem nacional nossas pesquisas.

Em 2014, foi criada aqui no Senado Federal a Secretaria de Transparência. Acho que, se eu voltasse no tempo, não ia procurar metade do trabalho que procurei aqui, porque me canso até de falar. Então, eu falei: "Presidente, se o senhor quiser, eu posso assumir a Transparência, contanto que o DataSenado esteja dentro dela". Então, assim, eu me transformei na Diretora de Transparência e fiquei até o final do ano passado. Foram dez anos, porque achei naquela época, e continuo achando, que o controle social e a transparência das pesquisas têm tudo a ver com a transparência da Casa. O Presidente Renan disse: "Você tem carta branca para a Transparência. Não abra mão de nada que a lei estabelece", porque era a Lei de Acesso à Informação. E eu tenho muito orgulho de ter feito isso.

Eu tenho muito orgulho de trabalhar aqui. Quando eu cheguei da França e entrei a primeira vez neste Plenário - agora eu estava me lembrando disso -, eu chorei. Eu chorei e disse: "Meu Deus, a história do país passa por aqui, e é aqui que eu vou trabalhar". Então, nós que estamos aqui estamos fazendo parte de um momento histórico do país. O momento de celebrar o DataSenado é um momento histórico.

O DataSenado, ao longo dos anos, entrevistou já 5 milhões de pessoas, como disse o Presidente Sarney. E ontem, ao rascunhar essa fala, eu entrei no Google Scholar, que é a parte mais de trabalhos acadêmicos, e lá estão registradas, de bate-pronto, 3.820 teses, dissertações e artigos acadêmicos com dados do DataSenado. Isso quer dizer que a academia

respeita esses dados. A academia conhece metodologia; os professores, alunos, sabem como é feita uma pesquisa. Isso nos dá muito sentimento de gratidão ao país por reconhecer esse trabalho que a gente faz.

Nossas pesquisas são as mais variadas possíveis. Pode ter gente aqui que não conhece ainda. Entrem no *site* do DataSenado, conheçam as pesquisas, disseminem as pesquisas, porque elas são feitas de forma absolutamente científica e confiável. A gente tem pesquisas sobre educação, sobre violência contra negros, sobre violência contra as mulheres, reputação institucional do Senado, participação política, *fake news*, redes sociais, evasão escolar; são muitos assuntos ao longo desses anos. Dezenas de Senadores usaram os dados do DataSenado em discussões e em votação, em CPIs importantes, como a da Pandemia e a do Bingo.

Para vocês terem uma ideia, na aplicação de uma das pesquisas, quando elas eram feitas aqui no *call center* do Senado, me veio a informação de que uma atendente estava aos prantos. Eu disse: "Mas o que houve?". Ela entrevistou uma mulher que sofria violência, e ela tinha sofrido a mesma violência como mulher negra. Eu disse: "Chame-a aqui na minha sala". Conversei com ela, uma menina maravilhosa. Eu disse: "Você está disposta a dar esse depoimento?". Ela disse: "Estou". E nós fomos a uma audiência pública, onde estava sendo discutida uma emenda à Lei Maria da Penha ou algo assim, e o depoimento dela foi um dos momentos mais emocionantes que eu passei aqui no Senado. Então, as pessoas que trabalham com isso se envolvem. A gente gosta do que faz.

Eu brinco dizendo que uma vez eu estava trabalhando até 10h da noite e fui ao toalete, e Marcos Ruben, nosso estatístico, vinha voltando. Quando ele me viu, ele disse: "Não se preocupe, não, a gente vai conseguir mudar o país", para me acalmar. (*Risos.*) Eu disse: "Meu Deus, minha fama está horrível, não é?".

Eu vou aproveitar para dizer o seguinte: nenhuma pesquisa... Nós temos um painel com todas as pesquisas, nós temos um painel, um mapa nacional de violência contra a mulher que foi feito junto com a sociedade civil, com o Instituto Natura que está aqui, junto com o Poder Judiciário, junto com o Poder Executivo, numa costura de mais de dois anos para subir todos esses dados no mesmo ambiente. Nós fomos premiados internacionalmente, fomos referenciados pela ONU. Nenhuma pesquisa dessa, nenhum painel, nada disso se sustenta sozinho; atrás disso tem uma equipe, atrás disso tem pessoas comprometidas.

Vejam, se a gente olhar o Pix, o que é que tem atrás do Pix? Servidores públicos que, com o que eles inventaram, fizeram uma revolução. A gente deixou de pagar a bancos por esses serviços porque servidores criaram aquilo, assim como o e-gov. Nós fazemos pesquisas que a iniciativa privada não faz. Atrás das nossas pesquisas, tem essas pessoas que estudam diariamente, pesquisam. Se você não estudar, você não é um bom pesquisador, tanto qualitativa como quantitativamente. Então, é um setor que está sempre em ebulição, sempre: "Olhe, saiu esse artigo", "Você já leu esse texto?", etc.

E eu vou aproveitar aqui para fazer um registro, também, histórico sobre a qualidade do trabalho dos estatísticos do DataSenado, chefiados por Marcos Ruben, que é doutor, é estatístico, é funcionário público. Podia estar na praia de segunda a sexta, mas está aqui e, se ele não estivesse, nada disso estava acontecendo; se a equipe dele não fosse quem é, nada disso estaria acontecendo. E, além dele, a equipe também do Observatório da Mulher, que usa e que coordena a pesquisa de mulheres, capitaneada por Maria Teresa, que é uma gigante no trabalho, é uma força tranquila igual a Mitterrand. Você a vê assim, calminha, mas ela move montanhas, e o trabalho está aí para mostrar que não é à toa que minhas palavras não são vazias.

Eu queria fazer uma pequena pausa perguntando a vocês o seguinte: quem reconhece o trabalho de um servidor público? Quem no Brasil reconhece uma equipe de servidores públicos? Isso não está na nossa cultura; fora um ou outro prêmio, isso não está na nossa cultura. Muitas vezes nem o político vai nos reconhecer, nem a imprensa vai nos reconhecer, e a gente meio que luta de forma muitas vezes inglória. Então, neste momento histórico, eu quero puxar para mim esse papel de reconhecimento dessa equipe, agradecer a cada servidor, que ao longo dos 20 anos... Tem servidores aqui que já saíram do Data, da Transparência, mas que aqui estão. Quero agradecer a todos vocês pelo que vocês fazem, pelo que vocês fizeram, e dizer que vocês também fazem parte da história do Brasil. (*Palmas.*)

A interação entre o Parlamento e o cidadão, mediada por pesquisas de opinião e por análise de dados, é o núcleo da nossa atuação. É por meio desse diálogo estruturado, dessa escuta qualificada, que o Senado se aproxima da sociedade, corrige rumos, antecipa problemas.

Eu quero novamente registrar meu agradecimento ao atual Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que vem apoiando a atuação técnica e profissional do DataSenado. Ele, assim como todos os outros Presidentes, compreenderam que pesquisa séria não é luxo, é condição de uma boa democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Nós que agradecemos o seu relato, Elga.

Eu estava comentando aqui, se o Sarney e o Renan foram os pais, você foi a mãe, não é? *(Risos.)*

Que gestou e cuidou com tanto carinho. E hoje é uma realidade, é um instrumento realmente maravilhoso para todos nós, Senadores, Parlamentares.

Já vou fazer uma provocação, que é algo que me angustia muito, já chamando a atenção do Marcos e dos demais servidores, a respeito das mudanças climáticas. É algo que tem me angustiado muito, o impacto disso na população, de um modo geral, principalmente os mais vulneráveis, as mulheres, as negras principalmente.

E a questão também da economia. Eu acho que existe uma narrativa, a construção de uma narrativa, que é distorcida, sobre o quanto a mudança climática, de fato, tem afetado drasticamente, duramente, a vida da população, da sociedade de um modo geral, e a nossa economia. A gente precisa realmente ter essa pesquisa na mão, em números, de forma precisa - e vocês são os melhores para fazer isso - para a gente trazer isso para a Casa, porque, hoje mesmo, nós estamos votando o licenciamento ambiental aqui, a flexibilização do licenciamento, e, é claro, existe uma discussão que é incrivelmente de pessoas que estão no século passado, que ainda acham que não se debate a economia conjuntamente com a questão do meio ambiente, das mudanças climáticas, dessa interferência toda que está acontecendo.

Então, acho que é muito importante o trabalho de vocês nesse sentido, para que a gente tenha esse diagnóstico e se prepare para os próximos debates, para as próximas pautas, porque o que a gente está vendo aqui, que pode acontecer na Casa, é a gente flexibilizar e desmontar drasticamente avanços que a gente teve no decorrer dos últimos anos. A gente tem esse desmonte e não está preparado com estudo, com pesquisa, com números qualificados para tentar conversar com todos os colegas. Aqueles que decidem, de fato, somos todos nós aqui.

Há outra coisa que eu gostaria de dizer, Elga - talvez os políticos, alguns deles não entendam a importância, mas esta Senadora, e acredito que a grande maioria aqui dentro, reconhece, sim -: é sobre o trabalho, o empenho, o comprometimento de vocês, não só com os nossos mandatos, mas, acima de tudo, com a população brasileira.

Quero muito agradecer a todos vocês, em nome principalmente da minha bancada, a bancada das mulheres, as 16 Senadoras que estão aqui no Senado nesta Legislatura.

Bom, eu vou passar a palavra agora para o Sr. Marcos Ruben de Oliveira, que é o atual Coordenador do Instituto DataSenado. Obrigada, Marcos.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para discursar.) - Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente, Senadora Leila. Quero dizer que sua demanda está registrada e será atendida. *(Palmas.)*

Esse é um tema relevantíssimo. Nós temos ensaiado algumas investigações e vamos aprofundar, com certeza, porque é um assunto que vale a pena e precisa ser discutido.

Bom, quero agradecer a presença, a oportunidade de estar aqui. É uma honra estar aqui representando o Instituto de Pesquisa DataSenado, representando esses 20 anos de pesquisa, de estudos. Quero agradecer à Elga pelas palavras gentis, calorosas. É uma líder exemplar. Tenho muito orgulho de ter caminhado ao seu lado, cruzado ali no banheiro; à Maitê, uma colega forte, exemplar - grande parte do esforço para a gente estar comemorando aqui se deve a ela. Obrigado Maitê, e a toda essa equipe maravilhosa, um time incrível: o Marcos André, nosso diretor atual, e toda a equipe. Não dá para nominar todos, porque foram muitos. Entre estatísticos, estagiários e colaboradores, já passaram mais de 20 profissionais ali no DataSenado, nos 20 anos. Então, é um trabalho coletivo. Plagiando os pensadores: se fizemos algo bom é porque caminhamos sobre os ombros de gigantes - e os gigantes estão aí. Então, quero agradecer muito por este momento.

Agora vou apresentar um pouco dos dados da pesquisa que completa 20 anos também: a primeira pesquisa realizada pelo DataSenado, criada em 2004 pelo Presidente Sarney, regulamentada em 2005 pelo Presidente Renan. Nesse momento, então, foi feita a primeira pesquisa, em março. Vocês vão ver que houve uma evolução significativa ao longo do tempo, porque o tema demanda e pelo conhecimento que o DataSenado acumulou, adquiriu e pôde implementar na pesquisa. E nós queremos - e temos certeza de que poderemos - fazer muito mais no futuro.

Esses números já foram falados: cinco milhões de pesquisas, de entrevistados, nesses 20 anos; mais de cem pesquisas probabilísticas, amostragens sérias, como a literatura recomenda. A minha professora e mentora Ana Maria Nogaes, que está aqui presente, nos ensinou muito bem; nós tentamos seguir ao máximo as recomendações e nos aproximamos muito do que a teoria permite aplicar na prática.

Isso permitiu que, ao longo dos anos, nós fizéssemos, então, essa Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, que é a mais longa e a maior série histórica de pesquisa, de estudos, com a temática da violência contra a mulher. Essa pesquisa,

que se iniciou em 2005, já entrevistou mais de 56 mil mulheres, já ouviu experiências, relatos e informações de mais de 56 mil mulheres, ao longo dos anos.

Desde 2023, nós implementamos um projeto ousado de ir além das inferências, das estimativas para o Brasil todo, e falar também sobre cada estado, cada unidade da Federação. Então, a nossa amostra também tem sido a maior amostra por levantamento. Foram 21.641 mulheres ouvidas em todo o país - ouvidas por mulheres -, entrevistadas por mulheres treinadas, aptas e qualificadas para fazer esse tipo de entrevista, porque é um tema muito delicado. É uma amostra que resultou numa precisão muito desejada.

Um breve histórico: nós começamos em 2005, 2007 e 2009 - pesquisa bianual -, com amostras por capitais. Evoluímos, de 2011 até 2021, fazendo uma amostra nacional em todos os estados, mas ainda com uma possibilidade estatística de fazer generalizações, não para cada estado. Diante da demanda e da necessidade de conhecer bem as unidades da Federação, nós evoluímos essa pesquisa, em 2023 e 2025, para fazer amostras nacionais.

Nós estamos lançando hoje o resultado nacional. Em março, pretendemos lançar os resultados por estado, do Distrito Federal, de todos os estados. Nós vamos ter resultados que serão divulgados e a gente vai poder entender melhor a realidade que as mulheres enfrentam em relação à violência em cada um desses estados.

Essa pesquisa tem uma pergunta que tem acompanhado os últimos 20 anos. "Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem?" É a pergunta inicial da pesquisa, inicial que eu digo é na primeira edição. Para chegar a esse ponto, a entrevistadora teve todo um cuidado de aproximação e de acolhimento com a entrevistada até chegar a essa pergunta.

Nós temos observado que a quantidade de mulheres que declaram que sabem, que têm consciência de que sofreram algum tipo de violência e que declaram isso em pesquisa... Havia um nível até 2015 e, em 2017, sobe de 18% para 29%, porque naquela época, naquele ano, houve uma grande campanha midiática, de novelas, mostrando o que é a violência. Então, a gente percebeu que as mulheres não sabiam, não percebiam ainda que existe, além da violência física, a violência moral, a violência psicológica. Com essa campanha nos meios de comunicação, esse conhecimento aumentou, mostrando a importância da mídia, a importância da informação, a importância da educação no combate à violência contra a mulher.

Nesse sentido, nossa pesquisa foi aprofundando a abordagem, e nós temos hoje três tipos de classificações de violência. Uma é se a mulher sofreu alguma violência em algum momento da sua vida, que é essa pergunta que tem sido feita desde 2005. Nós agora também questionamos se essa violência ocorreu nos últimos 12 meses. Por fim, listamos 13 situações de violência corriqueiras, de violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, e perguntamos se a mulher passou por alguma daquelas situações. Então, são três tipos de violência que são investigados na pesquisa que está sendo lançada agora. Já adianto que os resultados estão disponíveis na página do DataSenado, estão disponíveis no Mapa Nacional da Violência de Gênero e que podem ser consultados por toda a sociedade e ser utilizados para todos os estudos que quiserem fazer.

Com a realidade dos últimos três anos, nas últimas três edições, nós podemos fazer uma comparação. Juntando as mulheres que sofreram violência nos últimos 12 meses com aquelas que passaram por alguma situação de violência, mas não declararam naquela pesquisa, no início, nós temos 33% das brasileiras e 4% das mulheres brasileiras declararam que sabem que passaram por algum tipo de violência. Isso mostra que, sobre a violência, até a mulher ter consciência, perceber ou ter coragem para falar, existe um processo de identificação e de aceitação da situação para, enfim, combater aquilo que está vivendo. O número, então, é de 3,7 milhões de brasileiras que declararam que sofreram violência nos últimos 12 meses.

A pesquisa é longa, tem muito conteúdo, nosso relatório tem mais de mil páginas e está lá disponível a todos para investigação.

Eu vou trazer aqui apenas, resumidamente, algumas novidades, algumas perguntas que estão sendo inauguradas nessa edição da pesquisa, que são bem relevantes, muito esclarecedoras e úteis para qualquer política pública. Então, o gráfico está pequenininho, não dá para ler muito bem, mas eu vou lendo aqui algumas das novidades. Primeiro, a questão da violência testemunhada; esse número, sete a cada dez violências, tem uma testemunha, não é pouco, é uma coisa muito relevante. E, entre essas testemunhas, 70% delas são crianças e, entre as crianças, 80% são filhos, filhos e filhas, mostrando que a violência está presente e que, quando a mulher sofre violência doméstica, temos, além dela, como vítimas também, o próprio filho ou filha.

Um outro aspecto da violência é que muitas dessas violências são testemunhadas, testemunhadas não só pela criança, mas também por adultos, e, entre esses adultos, quando há o testemunho da violência por parte de um adulto, nós temos que 40% desses adultos que testemunharam não ajudaram a mulher naquela situação de violência. Então, esse é um resultado também preocupante, que mostra que o caminho da política pública é educar e ressaltar a importância da ajuda, do apoio à mulher que está passando por uma situação de violência doméstica.

Trazendo outra novidade na pesquisa, nós perguntamos - isso é uma pergunta histórica, está lá disponível na nossa série histórica -: quando você sofreu violência, o que você fez? A maioria das mulheres informa que procurou a ajuda da família, procurou a ajuda da igreja, procurou a ajuda de amigos. São poucas as que procuram a ajuda de delegacias, da delegacia comum, da delegacia da mulher, ou que usam o Ligue 180, que discam para o 190.

Então, essa é uma pergunta que está lá disponível no nosso relatório e, nessa edição, nós aprofundamos um pouco: por que você não procurou? Perguntamos para a mulher que sofreu a violência por que ela não procurou alguma ajuda do Estado. Então, nós vemos o principal motivo de não ter denunciado a agressão. O primeiro motivo é preocupar-se com os filhos, conversando com aquele número de que 80% das crianças que presenciam a violência são os filhos. Então, a primeira preocupação da mulher é com os filhos; 17% delas relataram isso.

Outras preocupações relevantes foram acreditar que não há punição, então há uma desconfiança no trabalho do Estado, embora o Estado tenha evoluído bastante. Nós tivemos a lei que equipara o feminicídio ao crime hediondo, a lei dos órfãos do feminicídio, vários instrumentos legais, o Ligue 180 está comemorando 20 anos também; existem vários instrumentos legais que estão à disposição para apoiar a mulher, mas que ela precisa conhecer e usar esses mecanismos. Então, uma campanha, uma política de educação, principalmente, de fazer esses mecanismos alcançar essas mulheres, é muito relevante.

Outros motivos que elas mostraram foram acreditar que será a última vez e ter medo da pessoa que a agrediu; são os motivos mais relevantes.

Na pesquisa, no relatório, convido todos a consultar, vocês vão ver outras questões apontadas.

Finalmente, mais um ponto que nós apresentamos, que perguntamos, é sobre se aquela violência vinha ocorrendo há muito tempo ou há pouco tempo.

Para aquelas que declararam que sofreram violência nos últimos 12 meses, perguntamos se essa violência ocorreu há menos de seis meses, entre seis e um ano, ou mais de um ano: 58%, a grande maioria das mulheres, relatam que é uma violência que ocorre há mais de um ano. Então, é uma violência que vem ocorrendo, que perdura, é uma realidade que aquela mulher está sofrendo e que ela, com certeza, precisa de ajuda, precisa de recursos para conseguir se desvencilhar dessa situação de violência. *(Pausa.)*

Acho que a Maitê vai falar das consequências da violência...

E, por fim, um último resultado - dois últimos resultados inéditos, perdão. A violência ocorre de várias maneiras e, com o mundo digital, ela cria uma nova possibilidade, uma nova vertente de se manifestar.

Então, nós perguntamos, nessa pesquisa... Colocamos seis situações para todas as brasileiras e perguntamos se elas passaram por alguma daquelas situações: se alguém já mandou mensagem de forma ofensiva para amedrontar; se fez uso de inteligência artificial ou de imagens digitais para ofender, para desmoralizar... E o resultado é que, pelo menos em uma dessas seis situações, nós temos 10% das brasileiras que passaram por uma situação desse tipo, cerca de nove milhões de mulheres, que é um número, também, muito preocupante.

Por fim, o último resultado que eu gostaria de mostrar para vocês, dos vários, posso dizer que são centenas de resultados que estão disponíveis no *site* do DataSenado, no *site* do Observatório da Mulher, no Mapa da Violência de Gênero: se a mulher pediu, ou não, medida protetiva. Então, nós temos aí que 37% das brasileiras pedem medida protetiva, usam esse recurso. E, dentre aquelas que pediram a medida protetiva, nós perguntamos se essa medida foi descumprida ou não: 17%. Então, 17% das mulheres que sofreram violência nos últimos 12 meses pediram essa medida protetiva e a medida não foi cumprida, revelando aí uma outra questão preocupante.

Esses são apenas os resultados inéditos que eu gostaria de trazer para vocês, são centenas de dados... O DataSenado está na Secretaria de Transparência, na Presidência do Senado. Quero agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre pelo apoio que ele tem nos dado, sempre, para as pesquisas e para os nossos estudos. Estão todos esses resultados disponíveis na página do DataSenado e nós também estamos à disposição para tirar qualquer dúvida, para esclarecer qualquer ponto e colaborar com qualquer estudo.

Muito obrigado a todos. Boa tarde. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Nós que agradecemos, Marcos, a você, que é o coordenador do Instituto DataSenado, e a todos os servidores.

Onde é que está disponível todo esse estudo?

O SR. MARCOS ANDRÉ BEZERRA MESQUITA *(Fora do microfone.)* - No *site* do DataSenado: www.senado.leg.br/datasenado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Pode falar aí, por favor. *(Risos.)*

Vamos lá. É bom registrar para quem tem interesse. É muito rica essa pesquisa, esses dados. Com certeza, temos muitos brasileiros e brasileiras interessados em saber.

O SR. MARCOS ANDRÉ BEZERRA MESQUITA - Muito bem.

Os resultados estão disponíveis no *site* do DataSenado, que é o www.senado.leg.br/datasenado, no *site* do Observatório da Mulher contra a Violência - www.senado.leg.br/omv - e no Mapa Nacional da Violência de Gênero, que pode também ser acessado pelo *site* do Observatório da Mulher. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Obrigada, Marcos.

Bom, agora eu vou passar a palavra... Antes de passar a palavra para a Maria Teresa, eu gostaria de registrar a presença aqui, na galeria, dos Vereadores do Município de Descoberto, Minas Gerais.

Sejam muito bem-vindos!

Vou passar a palavra agora para a Sra. Maria Teresa Firmino Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência aqui, no Senado Federal.

Boa tarde, Maitê.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para discursar.) - Uma boa tarde para todas e todos.

Agradeço a presença de todos aqui e todas.

Quero agradecer, em especial, à Senadora por estar aqui, ser parceira do observatório, conduzir esta sessão especial e atender a esse pedido. A Senadora Leila é uma grande parceira dos trabalhos do observatório e assumiu prontamente a condução desta sessão com a generosidade e o compromisso que sempre demonstrou com a gente.

Ao mesmo tempo, também registro o meu agradecimento à Senadora Augusta Brito, que é autora do requerimento que originou esta sessão e madrinha da nossa pesquisa. Foi a Senadora Augusta quem demandou a realização da 11ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher e que, desde o início, fortaleceu esse trabalho com muita determinação e sensibilidade, sendo outra grande parceira também do observatório.

É uma alegria imensa celebrar 20 anos do Instituto DataSenado e da pesquisa. São duas décadas que consolidaram um trabalho público sólido, reconhecido e essencial para o país - uma trajetória que honra o Senado e que transforma a vida de mulheres brasileiras.

O Observatório da Mulher do Senado Federal, que hoje coordeno, nasceu diretamente ligado ao DataSenado por causa dessa pesquisa. Quando a então Senadora Simone Tebet criou o observatório, ela fez essa escolha porque já existia aqui, no Data, um trabalho consistente, com metodologia, com série histórica e com compromisso institucional. A pesquisa é o elo que unifica essas áreas desde a origem. E essa integração segue viva e muito harmoniosa até hoje, expandindo-se para muitos outros trabalhos que vão além da Pesquisa Nacional.

Eu vou falar brevemente do Mapa Nacional da Violência de Gênero e da relação do mapa com a pesquisa. O mapa é, hoje, uma plataforma pública de referência de integração dos dados oficiais sobre a violência contra mulheres. E a nossa pesquisa é o que torna essa ferramenta verdadeiramente singular. As bases oficiais existem em diferentes painéis, mas a combinação dessas fontes com uma pesquisa própria, rigorosa, pública só existe no mapa. É essa integração que confere profundidade, interpretação e um olhar único sobre a realidade das mulheres brasileiras em relação à violência.

Estamos falando da maior pesquisa do Brasil dedicada ao tema da violência contra a mulher: maior em número de entrevistadas e, sobretudo, em série histórica. Pode até existir uma pesquisa futura com uma amostra maior, mas a série histórica, esses 20 anos são insubstituíveis.

Essa construção não se faz em pouco tempo. Ela exige continuidade, competência técnica e visão de Estado. E o Senado tem garantido tudo isso.

A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher é uma política pública consolidada, valorizada, preservada; é patrimônio institucional e seguirá orientando políticas, decisões e prioridades para as próximas décadas.

Falo isso também a partir do orgulho pessoal de fazer parte dessa história. Trabalhar no Observatório da Mulher é testemunhar, todos os dias, o quanto essa pesquisa fundamenta políticas, orienta decisões, muda prioridades e ilumina caminhos. Trata-se de uma pesquisa pública, construída por profissionais comprometidos *(Manifestação de emoção.)* *(Palmas.)* e guiados por isenção, rigor e responsabilidade pública. É conhecimento de alta qualidade a serviço do país.

De forma especial, eu quero reconhecer o trabalho do Coordenador do DataSenado, Marcos Ruben, estatístico de altíssimo nível, referência no Brasil e, atualmente, o único estatístico concursado em atuação no Senado Federal. *(Palmas.)* Uma Casa que produz e analisa tantos dados precisa de uma carreira sólida de estatísticos. Espero que o próximo concurso abra essa vaga, fortalecendo a base técnica e garantindo a continuidade do trabalho altamente qualificado que o Senado já realiza na área de dados. E, ao falar de quem faz essa história, é preciso recordar, reconhecer os que estão e inspirar os que ainda virão. A série histórica se sustenta porque há pessoas comprometidas, muitas vezes invisíveis para o público, mas fundamentais para que as entregas aconteçam. A permanência institucional é o que assegura a qualidade do que produzimos.

Seguindo nesse caminho, é necessário falar de Elga Mara Lopes, Diretora da Transparência, que foi responsável pela implementação do Instituto DataSenado. O jeito de trabalhar que ela construiu está entranhado em cada entrega que essa secretaria faz - o jeito de trabalhar que ela construiu está em cada trabalho que essa secretaria faz. Ela estimulou a ética, o propósito nas ações, o sentido de serviço, que, uma vez vivido de verdade, nunca mais se abandona. *(Palmas.)* Isso habita a alma do nosso trabalho e é parte do que nos diferencia. Finalizando as homenagens, parte importante deste dia de hoje, eu agradeço ao atual Diretor da Secretaria de Transparência, Marcos André Bezerra, aqui presente. *(Palmas.)*

Muito do que estamos apresentando ao longo desta semana comemorativa é fruto da liderança séria, correta e comprometida que ele exerce. A colheita que vemos agora reflete o plantio que ele fez, como Diretor, e conduziu ao longo deste último ano, sempre com foco no fortalecimento institucional e na valorização do trabalho técnico. Quero aproveitar para destacar algumas das novidades que estão sendo lançadas no mapa hoje juntamente com a pesquisa. A atualização da pesquisa na plataforma traz uma área dedicada às novidades da 11ª edição da pesquisa e outra com destaques históricos. Então, a gente está oferecendo ali dados claros, acessíveis e com uma curadoria dessas informações. Essa é uma nova forma de apresentar resultados, reforçando a transparência e a excelência do que o Senado produz, do que o DataSenado produz. Entre os dados trazidos nessa edição, eu vou destacar dois temas que estão lá no mapa. O primeiro é o impacto econômico da violência. A desigualdade econômica aprofunda a vulnerabilidade das mulheres e limita sua capacidade de romper o ciclo das agressões - isso está na pesquisa.

Mais de um terço das mulheres que sofreram violência afirmam que não conseguem se sustentar; 66% recebem até dois salários mínimos; metade não exerce trabalho remunerado. Entre as que trabalham, 35% atuam por conta própria, e 67% estão na informalidade. A violência tira renda, autonomia e, automaticamente, futuro. O segundo tema que eu trago é onde as mulheres buscam apoio, como foi falado pelo Marcos e está no mapa. A edição de 2025 mostra que essas mulheres recorrem, antes de tudo, aos seus espaços de confiança. Os três caminhos mais citados são a família, a igreja e os amigos. Depois vêm os serviços de acolhimento psicológico e de saúde. O Estado aparece de forma mais clara a partir da quinta posição. Somente então surgem as delegacias e demais serviços de proteção. Esses dados revelam uma realidade incontornável: os vínculos pessoais, comunitários e religiosos continuam sendo as primeiras portas que as mulheres encontram e mostram, ao mesmo tempo, a importância de aproximarmos o Estado dessas vítimas - isso está lá, nos dados, em números. A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher é uma política pública consolidada, é a principal pesquisa nacional sobre o tema; sustenta decisões, orienta políticas, fundamenta legislações e apoia, há duas décadas, o trabalho do Senado no enfrentamento à violência contra as mulheres. Finalizo dizendo que tenho profundo orgulho da equipe do observatório, do DataSenado e da Secretaria de Transparência: orgulho do que construímos e do que ainda construiremos, orgulho de fazer parte dessa história que transforma o país e que continuará transformando. *(Manifestação de emoção.)*

Que o Senado siga honrando esse compromisso, como vem fazendo há vinte anos!

Obrigada, gente! *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Nós que agradecemos, querida.

Obrigada, Maitê, linda e muito competente.

Gente, eu gostaria de registrar aqui a presença - sente-se aqui... Eu gostaria de registrar a presença... Nós temos aqui algumas representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e de instituições: Adriana Rosa dos Santos, Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul; Alice Bianchini, Notório Conhecimento; Alison Mazza, da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil (BPW); Brenda Natacha de Alencar Félix, da Articulação Brasileira de Lésbicas; Camila Daltoe, da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Gabriela Solange Sagaz, da Rede Nacional de Feministas; Maria Isabel Castro Costa, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; Raquel Rodrigues da Silva, do Instituto Nacional de Mulheres Redesignadas; Sara Marques Ribeiro, da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Valéria Cristina Vilhena, da Evangélicas pela Igualdade de Gênero.

Sejam todas muito...

Está aqui a Laudijane Domingos da Silva, da União Brasileira de Mulheres.

Sejam todas muito bem-vindas!

Por favor, uma salva de palmas às nossas representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *(Palmas.)*

Sejam todas muito bem-vindas!

Quero só agradecer à Maria Teresa. Mais uma vez, Maria, foi a seu pedido... Vou confessar para vocês: foi um pedido da Maria Teresa - mas é claro que eu estaria aqui com o maior prazer - e também da Senadora Augusta, que é uma grande amiga, supercompetente Senadora e uma grande parceira nessa caminhada aqui junto conosco.

Eu vou solicitar à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Antes de passar para o próximo orador, eu vou registrar a presença, na galeria, dos alunos do ensino fundamental da Escola Maria Montessori, aqui do DF. *(Palmas.)*

Sejam muito bem-vindos!

Nós só vamos mudar, como já falado em algumas falas aqui, através da educação. Que bom tê-los aqui: professoras... Cumprimento, além dos alunos, o corpo docente, as professoras, a coordenação e todos que estão aqui com nossos alunos.

Sejam muito bem-vindos!

Eu vou conceder a palavra agora ao Sr. Marcos André Bezerra Mesquita, que é Diretor da Secretaria de Transparência do Senado Federal.

Seja muito bem-vindo, Marcos! *(Palmas.)*

O SR. MARCOS ANDRÉ BEZERRA MESQUITA (Para discursar.) - Muito boa tarde a todas e a todos.

Senadora Leila, fui pego de surpresa, não preparei nada para falar, mas é fácil, não é difícil, porque é muito gratificante estar à frente de uma equipe tão qualificada.

A pesquisa já foi apresentada, já foi falado das nossas funções, atividades que desempenhamos, mas eu preciso destacar aqui que, na função de diretor, é muito fácil dirigir esta secretaria, porque é uma equipe muito comprometida, Senadora.

Eu sei que a senhora sabe, mas é uma equipe muito comprometida, que ama o que faz, sabe? Que faz a diferença, que quer fazer a diferença na vida das pessoas. Nós estávamos comentando recentemente com a equipe que, se a gente conseguir mudar a vida de uma mulher com uma pesquisa dessa, já valeu a pena o nosso esforço.

Então, assim, vou fazer uma fala breve, mas eu quero destacar aqui o meu muito obrigado pela cumplicidade, companheirismo, profissionalismo profundo da equipe da Secretaria de Transparência. Nós somos poucos, Senadora, entendeu? E isso usando a frase que a Maitê gosta muito de falar: "Nós, como equipe, damos o além para fazer esse trabalho tão bonito que a gente tem apresentado."

Então, publicamente, aqui no Plenário, eu quero agradecer a cada um, integrante da equipe da Secretaria de Transparência, o meu muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Nós que agradecemos, Marcos, e já te convidamos para sentar aqui ao lado da Elga, para acompanhar o restante da nossa sessão, é um prazer tê-lo aqui conosco na mesa.

Bom, nós temos ainda mais dois convidados que farão uso da palavra, a Sra. Beatriz Accioly Lins, que é Líder de Políticas Públicas do Instituto Natura, instituição parceira no Acordo de Cooperação Técnica do Mapa Nacional da Violência de Gênero.

Seja muito bem-vinda, Beatriz, representante do Instituto Natura. Por favor, uma salva de palmas. *(Palmas.)*

A SRA. BEATRIZ ACCIOLY LINS (Para discursar.) - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a mesa, mas vou, sem muitas delongas burocráticas, falar o quanto é honroso para mim estar aqui hoje, na celebração dos 20 anos do DataSenado e da Pesquisa Nacional da Violência contra a Mulher, como sociedade civil, como parceira.

Essa é uma pesquisa que, honestamente, o Brasil não pode se dar ao luxo de jamais perder. O que o DataSenado faz é, infelizmente, algo muito raro no nosso país, que é produzir continuidade, memória, persistência metodológica. São 20 anos de dados, de método, de compromisso - e isso muda tudo.

Eu não consigo pensar numa instituição privada que possa fazer um trabalho com essa robustez, com esse tamanho. Então, como pesquisadora, como especialista no tema, como profissional que atua com políticas públicas, como ativista e cidadã, fica o meu muito obrigada ao DataSenado, ao Observatório da Mulher contra a Violência, e ao Senado Federal, pela existência dessa ferramenta que nos aponta a direção de uma democracia mais plena.

Nós não estamos, quando a gente olha para esses dados que o Marcos apresentou, sobre os quais a Maitê falou, diante de fotografias soltas, mas a gente vê uma trajetória documentada, uma imagem em movimento. É o acompanhamento mais consistente que o nosso país tem sobre a realidade das mulheres e sobre a violência cotidianamente sofrida.

Como a Elga falou, o DataSenado, o OMV e a pesquisa são a maior referência no tema no Brasil. Com isso, a gente tem acesso, para vocês entenderem, a três coisas que nenhuma imagem isolada consegue revelar: a gente consegue ver o que mudou, o que não mudou e o que insiste em não mudar.

Com essa série histórica, a gente também consegue fazer três coisas básicas que nenhuma política pública séria e eficaz sobrevive sem: diferenciar tendência de opiniões ou percepções, reconhecer estruturas e não exceções e avaliar impacto e não só intenção. É isso que permite fazer política pública séria e governar com responsabilidade.

Há outro ponto que precisa ser dito com todas as letras, e eu sei que a Professora também vai abordá-lo na próxima fala: é o rigor metodológico dessa pesquisa. Ele é excepcional e é inegociável. É uma amostra 100% probabilística, que garante representatividade real e um tamanho de amostra - inclusive, uma conquista das duas últimas levas da Pesquisa Nacional da Violência contra a Mulher - que permite algo que nunca temos, que são recortes estaduais confiáveis num país em que CEP define risco, acesso e sobrevivência. E, na violência contra as mulheres, rigor não é um detalhe técnico, é uma exigência. Sem método, o Estado erra e, com método, a gente consegue salvar vidas.

E eu quero celebrar também um avanço que é decisivo, que é a construção do índice de subnotificação. Pela primeira vez, a gente consegue tangibilizar algo que a gente sempre soube: a violência contra a mulher é muito subnotificada no Estado. Mas agora, com o trabalho da Pesquisa Nacional da Violência contra a Mulher, desde as suas últimas duas edições, a gente sabe o quanto, há um parâmetro. Agora, tem um índice, agora a gente tem a dimensão do silêncio e da omissão institucional.

Esse indicador muda a pergunta de "quantas chegaram ao sistema" para "quantas o sistema sequer consegue alcançar". Essa, para mim, é uma pergunta muito honesta e define a qualidade ou a falta do Estado brasileiro. Quando o Estado enxerga só o registro e não a realidade, ele planeja abaixo da necessidade, e as mulheres pagam o preço com a própria vida. Como nos disse a nossa Secretária Nacional Estela, é um problema que tem que sair do discurso e entrar no recurso.

E quando a gente olha para a nova edição, a gente também vê uma série de dimensões do problema. Tentei trazer dados que ainda não foram abordados, mas, só para a gente mostrar o tamanho, a potência dessa pesquisa: 46% das vítimas têm a sua vida profissional afetada; 42% têm prejuízos nos estudos; 69% têm a rotina alterada; 68% perdem convívio social. Isso não é um drama individual, isso é perda de produtividade, desperdício de capital humano, redução na participação econômica e retrocesso no desenvolvimento do nosso país. A violência não é só uma violação de direitos humanos - ainda que fosse, já seria muito grave -, mas ela é cara, é muito cara, é um gargalo para o nosso pleno desenvolvimento como país, nosso desenvolvimento econômico e social. Ela compromete o presente e sabota o futuro. O Brasil não pode continuar pagando esse preço.

E a grande contribuição do DataSenado, da pesquisa, para mim, no meu espaço de parceira, são essas: tirar a violência - e os outros temas aos quais o DataSenado se dedica - da impressão e entregá-la ao debate público com medida, com método, com coragem. Sem evidência, sobra opinião. Com evidência, nasce a obrigação pública de agir.

E aí eu quero fazer também um relato pessoal e reconhecer no Marcos Ruben e na Maria Teresa, a Maitê... E vou falar aqui como cidadã, tá, gente? Como me orgulha e me conforta ter esses colegas como servidores do meu Estado, do Estado brasileiro. Saber o quanto a equipe que eles coordenam trabalha. Eu sei nome por nome. Noites... Não tem horário comercial, não tem final de semana. O grau de comprometimento, o grau de seriedade, o grau de ética com o qual esses profissionais e as suas equipes se conduzem, para mim, é uma experiência de aprendizado que eu vou levar para o resto da minha vida.

E, por fim, 20 anos depois, o que a gente celebra não é apenas a pesquisa ou o DataSenado. A gente celebra essa postura institucional de manter um compromisso de longo prazo em um país que raramente consegue manter compromissos de longo prazo.

A gente celebra a posição de uma instituição que trabalha como se as mulheres importassem, todos os dias, e não apenas quando está no noticiário.

Que essa pesquisa continue sendo o que ela já é: uma bússola para orientar a ação do Estado brasileiro. Que o DataSenado e o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, também sigam uma vida longa, uma vida próspera, com mais estatísticos. Quem sabe também alguns cientistas sociais? Advogando em causa própria. Mas que a gente continue nesse caminho tão bem trilhado e que a gente possa, daqui a 20 anos, comemorar a existência das instituições, mas não a permanência do problema.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Assim seja.

Muito obrigada à Beatriz Lins, que é Líder de Políticas Públicas do Instituto Natura - instituição parceira no Acordo de Cooperação Técnica do Mapa Nacional da Violência de Gênero.

Grata pela participação e presença aqui conosco.

Eu vou conceder a palavra agora à Sra. Ana Maria Nogales, que é Professora do Departamento de Estatística da nossa querida UnB, a Universidade de Brasília.

Seja bem-vinda, Professora. *(Palmas.)*

A SRA. ANA MARIA NOGALES VASCONCELOS (Para discursar.) - Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Exma. Senadora Leila Barros e cumprimento a todos da mesa. É uma alegria enorme estar aqui. Quero cumprimentar também todas as servidoras e servidores do DataSenado e do Observatório da Violência contra a Mulher.

Eu estou emocionada, porque eu vim a esta Casa quando eu era menina. E volto... E saber o quanto transformamos, o quanto conquistamos, e conhecer o trabalho, de maneira mais aprofundada, do DataSenado e do Observatório da Violência contra a Mulher. Parabéns a todos vocês.

Eu agradeço inicialmente à Senadora Augusta Brito o honroso convite para participar desta sessão especial que comemora os 20 anos do Instituto DataSenado e da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

Bom, falar desses 20 anos... Falaram muito sobre essa longa trajetória, essa perenidade de uma política pública, da escuta que o Senado faz e da importância da opinião pública para o Parlamento brasileiro.

Como estatística e Professora da Universidade de Brasília, já há quase 40 anos, vejo o percurso do Instituto como exemplo na produção de dados relevantes sobre temas de interesse público, com rigor metodológico e com extrema qualidade.

Desde a sua criação, o DataSenado, como já foi falado aqui, ouviu praticamente 5 milhões de cidadãos e cidadãs por meio de amostras probabilísticas.

A gente sempre fala no curso: olha, a gente deve fazer amostras probabilísticas porque somente assim a gente pode mensurar o erro, e é isso a construção dos intervalos chamados intervalos de confiança.

Ao ver as publicações do DataSenado, fiquei muito feliz, porque aquilo que a gente ensina na academia está sendo colocado em prática, e não somente como uma pesquisa, mas para os nossos cidadãos, porque assim é que a gente ensina - ensina a ler corretamente dados de uma pesquisa. Então, essas pesquisas que vocês realizam, por meio de amostras probabilísticas, em todo o território nacional, têm garantido a confidencialidade dos entrevistados, o que é muito relevante.

A gente sempre fala da ética estatística, da confidencialidade desses entrevistados, da confiabilidade dos indicadores produzidos e da transparência na divulgação dos resultados.

Impressionante! Eu fico até muito emocionada, depois de 40 anos pregando - tenho vários ex-alunos aqui e alguns ainda alunos -, ao ver como a gente tem contribuído para a transformação deste país, principalmente no que diz respeito à produção de dados de qualidade que possam orientar políticas públicas eficazes e que venham a transformar a nossa sociedade.

Bom, no campo específico da violência de gênero, a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, como vocês já disseram, é a maior da série histórica do Brasil sobre o tema.

É um patrimônio, de verdade.

Tenho aqui que, a partir da décima edição, nós vimos crescer o tamanho da amostra, e isso é um desafio.

Devo falar aqui e agradecer à Senadora Leila Barros pelo nosso patrocínio ao Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal (ObservaDF), que fazemos também, escutamos a população sobre temas diversos, e é muito, muito difícil... Fazer isso em todo o país é uma função pública inegável e que nós temos que preservar.

Nessa pesquisa, uma das perguntas centrais do questionário é formulada de uma maneira simples, garantindo todos os rigores metodológicos que uma pesquisa com tema sensível deve ter.

A pergunta que foi mostrada aqui pelo Marcos Ruben: Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem?

As respostas mostram uma realidade dura: três em cada dez brasileiras responderam "sim" a essa pergunta nas últimas edições. Não estamos diante de um tema que seja marginal, como foi falado pela Maitê, pelo próprio Marcos Ruben, pela Elga e pela minha colega Beatriz, que aqui falou antes de mim. Estamos falando de milhões de mulheres que, em algum momento da vida, foram agredidas em relações afetivas ou familiares. Entre essas mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar, as estimativas apontam para percentuais muito elevados de violência psicológica, bem como de violência moral e física, além de parcelas significativas de violência patrimonial e sexual. Esses números evidenciam que a violência vai muito além das marcas no corpo. Violências expressas por meio do controle, da humilhação, da vigilância constante e da restrição de recursos, que deixam marcas duradouras e, muitas vezes, invisibilizadas e que não constam das estatísticas de segurança pública ou da vigilância em saúde, como foi mencionado anteriormente.

Um terceiro conjunto de perguntas, que eu acho que devo ressaltar aqui, diz respeito à Lei Maria da Penha. Hoje, praticamente todas as entrevistadas já dizem ter ouvido falar da Lei Maria da Penha, o que representa um avanço importante na difusão desta norma. No entanto, menos de um quarto das brasileiras afirmam conhecer muito bem a lei e muitas avaliam que sua proteção se dá apenas parcialmente. Isso mostra que a lei entrou no vocabulário da população, mas ainda precisa integrar-se por completo à experiência concreta de proteção.

Essas evidências dialogam com outros painéis do próprio DataSenado, como o de Mulheres na Política e o Panorama Político, que acompanham as percepções sobre a representação feminina, a democracia e as instituições.

Para muitas pessoas, o quantificar é uma abstração muito distante da vida cotidiana. No entanto, para quem trabalha com números, como eu, as tabelas e gráficos revelam o contexto em que vivemos, nossos valores e os nossos desafios para a construção de uma sociedade mais justa. No tema da violência de gênero, cada ponto percentual representa centenas de mulheres, centenas e milhares de histórias. Para os portais de cada resposta "sim" no questionário, há alguém que precisou falar sobre um episódio doloroso ao telefone e lembrar de momentos difíceis de sua vida.

Ao celebrar duas décadas do Instituto DataSenado e da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, celebramos a combinação de instituições que escutam a sociedade com rigor metodológico e de ciência comprometida com o interesse público. Parabenizo o Senado Federal, em especial toda a equipe do DataSenado e do Observatório, e todos e todas envolvidos no levantamento e na análise de dados que nos mostram o que a sociedade brasileira pensa sobre diversos temas.

E que os dados produzidos até aqui continuem a orientar políticas mais eficazes e, sobretudo, que um dia possamos voltar a este Plenário para constatar que, com base nesses indicadores, conseguimos transformar a sociedade brasileira.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Nós que agradecemos a sua participação, Profa. Ana Maria Nogaes.

Quero mandar um abraço ao Prof. Lucio Rennó, do Observa DF, que é um grande parceiro. Aliás, a Universidade de Brasília é uma grande parceira do meu mandato.

Eu quero agradecer não só à senhora, mas à Reitora também, a Profa. Rozana, enfim, a todos vocês que fazem um belo trabalho na pesquisa dentro da universidade. Obrigada! Estou vendo que a senhora tem um legado já, considerando o que nós temos aqui de servidores, de profissionais que foram alunos da senhora. Parabéns pelo trabalho, Professora! Muito obrigada pela presença.

Eu gostaria de registrar a presença aqui, na galeria, à nossa esquerda, dos visitantes que estão conhecendo as instalações. Sejam todos muito bem-vindos! *(Palmas.)*

São de diversos estados certamente. São de Brasília ou de diversos estados?

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Sejam todos muito bem-vindos!

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Sejam todos muito bem-vindos!

(Manifestação da plateia.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Sejam todos muito bem-vindos!

Por favor, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Representantes do Brasil inteiro aqui visitando o Senado.

E aqui, à nossa direita, vamos registrar a presença também dos alunos do ensino fundamental da Escola Maria Montessori, mais uma vez. (*Palmas.*)

Meninos, meninas, professoras, corpo docente, sejam todos muito bem-vindos!

É uma temática importante. Estamos tratando sobre violência contra a mulher. As notícias não são boas, mas nós vamos trabalhar, porque isso - desculpem-me pela palavra - é um tapa na cara da nossa sociedade. Na verdade, é isso. A gente vê a subnotificação do número de violência ainda, nas estatísticas, que chega a 60% de mulheres que não denunciam por medo ou por falta de confiança no Estado e nas instituições. Isso é algo que nos deixa... É muito triste.

Eu quero dizer para vocês que eu faço parte dessa bancada há sete anos aqui, no Senado, representando o Distrito Federal.

Aqui nós tivemos vários avanços nas nossas leis. Eu sou, por exemplo, autora da lei do *stalking* - a 14.132 é de minha autoria -, e todas as Senadoras - todas da legislatura anterior e desta - deram suas contribuições. Mas o que falta? O que falta realmente é nós trabalharmos a educação na base, nos anos iniciais; é voltar aquela caravana Maria da Penha vai à Escola. Nós estamos precisando realmente reforçar essa questão da relação da Lei Maria da Penha com a escola, com a educação, com o futuro, com os futuros homens e mulheres que estão chegando e que precisam de mais orientação, digamos, de maior informação através da educação sobre direitos e deveres e, principalmente, proteção das nossas meninas e mulheres, meninas e mulheres do nosso país.

Bom, eu registro que, neste momento, nós teremos uma homenagem à servidora Elga Mara Teixeira Lopes, ex-Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, órgão ao qual o DataSenado é vinculado.

A trajetória de Elga marcou profundamente o Instituto DataSenado e a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. Sua liderança ética, sua visão estratégica e seu compromisso permanente com o serviço público foram decisivos para consolidar as bases que hoje celebramos nos 20 anos do instituto e da pesquisa.

Muito do que o DataSenado se tornou, do que essa pesquisa representa para o nosso país é fruto da sua condução firme, responsável e, é claro, inspiradora, que deixou marcas permanentes e, vejo, profundas em muitos aqui, nesta Casa, e em todos que tiveram o privilégio de caminhar ao seu lado, Elga.

Convido a Sra. Elga Lopes para se dirigir à frente da mesa para o recebimento da placa de homenagem de todos nós Parlamentares e servidores do Senado Federal. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da placa de homenagem à Sra. Elga Mara Teixeira Lopes.*) (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Elga, sinta-se abraçada, admirada por todos nós aqui presentes

Eu gostaria muito de registrar também o afeto e o carinho da Senadora Augusta por você. Gente, eu quero reforçar muito isso, porque é realmente uma Senadora muito participativa, assim como toda a nossa bancada. Quando ela me fez esse convite, eu falei: "Olha o presente que eu ganhei na tarde de hoje". Tanto estresse nós estamos vivendo nesta semana aqui dentro do Senado, e ter a oportunidade de celebrar o trabalho de todos vocês e de fazer essa homenagem maravilhosa a Elga... Não sou eu que estou brindando a esta sessão; são vocês que estão, enfim, me revigorando e me dando mais esperança e disposição para continuar nessa luta aqui, dentro da Casa.

Muito obrigada a todos vocês. Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*)

Nossa, maravilhoso! Pena que já está terminando. Mas é isso. Vamos voltar, cada um, para as nossas atribuições.

Muito obrigada.

Cumprida a finalidade desta sessão tão especial, tão esclarecedora, tão incrível, com a participação de todos vocês, eu agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação, com as suas falas, enfim, com todo o seu trabalho.

Está encerrada esta sessão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 11 minutos.*)